

MUDANÇAS NOS ARRANJOS FAMILIARES E SEU IMPACTO NAS CONDIÇÕES DE VIDA: 1980 E 2010

Ana Amélia Camarano¹
Daniele Fernandes²

1 INTRODUÇÃO

No capítulo 2 deste livro, as autoras analisam a evolução da população brasileira ao longo do século XX e o impacto de cada uma das três componentes demográficas – fecundidade, mortalidade e migrações internacionais – nesta evolução. Nesse período, a taxa de crescimento aumentou, diminuiu e tende a ser negativa no futuro próximo. Isto é resultado de fecundidade e mortalidade altas, seguidas de redução da mortalidade e, depois, de diminuição da taxa de fecundidade.

O movimento de passagem de altas taxas de mortalidade e fecundidade para baixas caracteriza a denominada transição demográfica (Demeny, 1972; Lesthaeghe, 2010; Van de Kaa, 1987) e teve início na Europa Ocidental, na segunda metade do século XIX.

Desde a segunda metade do século XX, a nupcialidade e o processo de constituição familiar têm experimentado transformações expressivas tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento. Novos padrões surgiram como famílias reconstituídas, casamentos homossexuais, aumento nas taxas de divórcios/separações, de recasamentos e não casamentos. A fecundidade continuou no seu processo de queda, atingindo níveis de sub-reposição. Cresceu o percentual de famílias que optaram por não ter filhos. A maior participação da mulher no mercado de trabalho e o seu novo papel social estão fortemente associados a essas mudanças. Estas foram acompanhadas por modificações no sistema de valores, no direito de família

1. Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

2. Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc do Ipea.

e tributário, nas políticas sociais etc. Todo este processo, de acordo com Van de Kaa (1987), foi denominado Segunda Transição Demográfica (STD).

O objetivo deste capítulo é analisar as mudanças nos arranjos familiares da população brasileira, tendo como referencial teórico as alterações de comportamento estabelecidas na STD. Segundo Medeiros (2000), estudar essas mudanças é importante porque é dentro das famílias que as decisões sobre trabalhar para prover a família ou cuidar dos membros dependentes são realizadas. Essas decisões podem ter implicações que geram externalidades positivas ou negativas à sociedade. Além disso, as características das famílias podem ser usadas como critérios de focalização das políticas públicas, como o Programa Bolsa Família (PBF), a Previdência Social etc. As famílias podem, também, ser consideradas na concepção, execução ou controle de programas governamentais.

O trabalho está dividido em seis seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda seção apresenta uma breve revisão bibliográfica sobre a STD, a terceira descreve as mudanças no comportamento da nupcialidade e a quarta, nos arranjos familiares tradicionais. Novos arranjos vêm se delineando a partir, principalmente, de alterações na nupcialidade e no sistema de valores. Alguns destes arranjos, como as famílias reconstituídas e as com duas pessoas com rendas e nenhuma criança – *double income, no children* (DINC)³ – estão descritos na quinta seção. Finalmente, a última seção discute e sumariza os principais resultados encontrados nesta análise. Esta utilizou-se dos dados dos Censos Demográficos de 1980 e 2010.

2 BREVE REVISÃO DA LITERATURA SOBRE A STD

A primeira transição demográfica ocorreu na Europa a partir da segunda metade do século XIX. Na América Latina, o processo iniciou-se na década de 1930, com a queda da mortalidade, seguida pela queda da fecundidade, mas não está acontecendo no mesmo ritmo e intensidade entre os vários países (Livi-Bacci, 1993; Patarra, 1993). Essa primeira transição é centrada no modelo de família nuclear, e a queda da fecundidade tinha como um dos seus objetivos o investimento na qualidade dos filhos. Esperava-se que a fecundidade atingisse níveis de reposição e que a população se estabilizasse, com uma taxa de crescimento em torno de zero (Kirk, 1944).

3. Está se utilizando a denominação DINC, mas poderia se utilizar DINK (*double income no kids*).

No entanto, observou-se nas sociedades europeias do pós-guerra que a fecundidade não se estabilizou no nível de reposição; atingiu valores abaixo, e estas sociedades e algumas outras estão se deparando com a possibilidade de uma diminuição populacional.⁴ Além disso, os casamentos foram adiados ou dissolvidos, deixando de atrair, como antes, a grande maioria de homens e mulheres. O resultado foi uma maior pluralidade de arranjos familiares (Lesthaeghe, 2010). Esta mudança na forma e composição dos arranjos foi chamada de STD (Van de Kaa, 1987; Maslow, 1954, *apud* Lesthaeghe, 2010). Essas novas tendências demográficas aconteceram em paralelo a outras mudanças nos padrões de comportamento, como a valorização do individualismo, o incentivo ao consumo, a satisfação pessoal e o aumento da escolaridade, especialmente das mulheres, entre outras.

Para Lesthaegue e Van de Kaa (1986), a STD é fruto de três revoluções:

- contraceptiva, que dissociou a sexualidade da reprodução;
- sexual, principalmente, para as mulheres, que resultou na antecipação da idade da primeira relação sexual; e
- no papel social da mulher e nos contratos de gênero tradicionais, que consideravam os homens provedores e as mulheres cuidadoras dos membros dependentes da família.

O resultado destas três revoluções foi que o casamento deixou de ser a instituição que marca o início da vida em comum e da vida sexual das mulheres. A sua dissolução deixou de ser involuntária (por morte) e passou a depender da vontade dos indivíduos. Estes passaram a ter mais controle sobre o seu destino e o de suas famílias, ajudados pelos novos valores, por mudanças no direito familiar, no sistema tributário e nas políticas sociais. As tecnologias anticoncepcionais e de reprodução assistida contribuíram para isso (Torrado, 2006).

Para Lesthaeghe (2010), a principal característica da STD é a taxa de fecundidade abaixo do nível de reposição. Além disso, outras características importantes são a diminuição dos casamentos formais e o aumento da coabitação; a “dessacramentação” dos matrimônios; o aumento da idade

4. Como visto no capítulo 1 deste livro, a população já está diminuindo em vários países do mundo, como no Japão, por exemplo.

ao casar como reflexo do crescimento da livre escolha do parceiro e da autonomia das mulheres; o aumento do número de divórcios e separações, de recasamentos e não casamentos. A dissociação da sexualidade do casamento resultou no aumento da proporção de filhos nascidos fora do casamento e de famílias monoparentais. Outros importantes componentes foram o aumento da escolaridade feminina, a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho e o aumento da participação feminina na renda familiar.⁵

Esses movimentos iniciaram-se no norte e oeste da Europa e se espalharam para o resto do continente, mantendo algumas especificidades. Lesthaeghe (2010) observou, por exemplo, que, no sul, dada a forte cultura de solidariedade familiar, onde os laços familiares são muito importantes, os jovens deixam a família de origem apenas quando se casam, ou seja, não se observa o aumento da coabitação antes do casamento. No entanto, dadas as dificuldades de as mulheres se inserirem no mercado de trabalho depois da maternidade, a fecundidade tem sido adiada, já tendo atingido o nível de sub-reposição. No centro e no leste, o autor observou o adiamento da fecundidade e do casamento, bem como taxas de fecundidade abaixo da de reposição.

Em outros continentes, como a Ásia, o adiamento do casamento foi um importante componente da queda da fecundidade. A coabitação antes do casamento, contudo, não parece ser um fenômeno comum. Por sua vez, os dados disponíveis não permitem medir de forma mais precisa a incidência dessa forma de união nesses países. Já nos Estados Unidos, desde os anos 1950, têm-se observado aumento da taxa de divórcios, queda da fecundidade após o *baby boom*, crescimento da coabitação, inclusive entre os divorciados e viúvos, e aumento do número de pessoas que não se casam. A taxa de fecundidade, porém, ainda se mantém acima do nível de reposição (Lesthaeghe, 2010). Para a América Latina, Cabella, Street e Peri (2008), a partir de dados de pesquisas realizadas em Montevideu e Buenos Aires, verificaram uma elevação na idade média ao casar, inclusive para as mulheres de escolaridade mais baixa, como também na coabitação.

Apesar de as mudanças no comportamento das famílias estarem se espalhando por quase todo o mundo, em especial a fecundidade de sub-reposição, não há um consenso na literatura se essas mudanças podem ser consideradas

5. O capítulo 13 deste livro analisa a participação das mulheres no mercado de trabalho.

como uma nova transição demográfica ou se seriam apenas uma continuação da primeira.⁶ Não é objeto deste capítulo discutir esta questão, mas apenas analisar a mudança na dinâmica dos arranjos familiares no Brasil, tentando avaliar se estas fazem parte de um processo mais global. Como se observou no capítulo 2 deste livro, a fecundidade brasileira já atingiu taxas de sub-reposição.

Ressalta-se, ainda, que a STD não considera outros impactos da queda da mortalidade e da fecundidade nas famílias, que são o aumento do número de gerações convivendo em uma mesma família e a redução no número de pessoas em uma geração. Em outras palavras, a família cresce na vertical e diminui na horizontal, o que acaba por colocar desafios para a rede de apoio à população idosa. Wajnman (2012) mostrou que mesmo que a redução da mortalidade, principalmente a infantil, leve a um aumento dos filhos sobreviventes, pode-se esperar uma redução ao longo do tempo no número médio de filhas e netas sobreviventes das mulheres de 70 a 74 anos. Acredita-se que o mesmo possa acontecer com o número de sobrinhos.

3 NUPCIALIDADE

A primeira variável a ser considerada na análise é a nupcialidade, uma vez que o casamento era o evento que marcava o início do processo de formação da família antes da STD.⁷ Como se viu anteriormente, as mudanças de comportamento na nupcialidade associadas à STD são: *i*) o adiamento da idade ao casamento legal; *ii*) o aumento do número de separações, divórcios e uniões consensuais (coabitação); *iii*) a opção dos divorciados e viúvos pela coabitação nas segundas uniões; e *iv*) o crescimento dos múltiplos casamentos e dos casos de pessoas que optam por não casar.

A primeira dificuldade encontrada neste capítulo foi com a mudança na definição de união nos vários censos. Em 1980, foi perguntado se as pessoas viviam com um cônjuge ou companheiro. Para as que respondiam sim, perguntava-se o tipo de união.⁸ As pessoas que estavam em uma união consensual foram enquadradas na categoria *outras*. Em 2010, também se perguntou se as

6. A esse respeito, ver Coleman (2004).

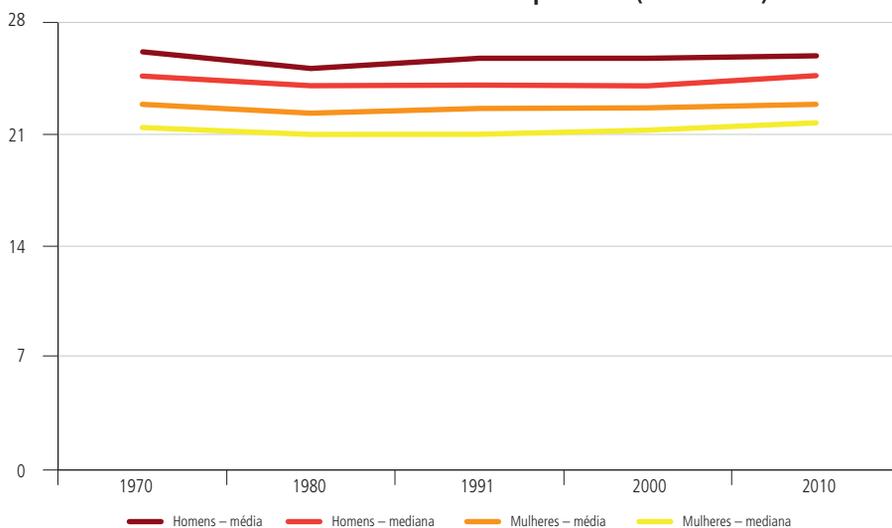
7. Na verdade, havia uma discussão se seria idade ao casamento ou ao primeiro filho o evento que determinava o início do processo de formação da família (Bumpass e Rindfuss, 1978, *apud* Camarano, 1996).

8. As alternativas apresentadas eram: casamento civil e religioso, só casamento civil, só casamento religioso e outras.

pessoas viviam com cônjuge ou companheiro. Para estas pessoas foi perguntada a natureza da união. Nesse caso, foi oferecida a opção de *união consensual*.⁹

O gráfico 1 apresenta as idades médias e medianas ao casar para ambos os sexos, referentes ao período 1970-2010. Há poucas variações nestes dois indicadores, tanto para homens quanto para mulheres. Para os homens, entre 1970 e 2010, a idade média ao casar caiu de 26,1 anos em 1970 para 25,1 em 1980, retornando a valores próximos de 26 anos nos três anos seguintes. A idade mediana oscilou entre 24,0 a 24,6 anos no período. Em 2010, foi verificado o mesmo valor que 1970, 24,6 anos. As mulheres casam-se mais jovens que os homens. Em 1970, a idade média foi de 22,9 anos, caiu para 22,3 em 1980, retornando, em 2010, ao valor de 1970, 22,9 anos. Já a idade mediana oscilou entre 21,0 a 21,7 anos. Ou seja, também não apresentaram variações expressivas neste indicador. Os diferenciais entre os sexos nas idades médias reduziram-se ligeiramente, de 3,3 anos para 3,0 anos e na mediana diminuiu de 3,2 anos em 1970, para 2,9 anos em 2010.

GRÁFICO 1

Brasil: idades média e mediana ao casar – por sexo (1970-2010)

Fonte: Censos Demográficos 1970 a 2010/IBGE.

Elaboração das autoras.

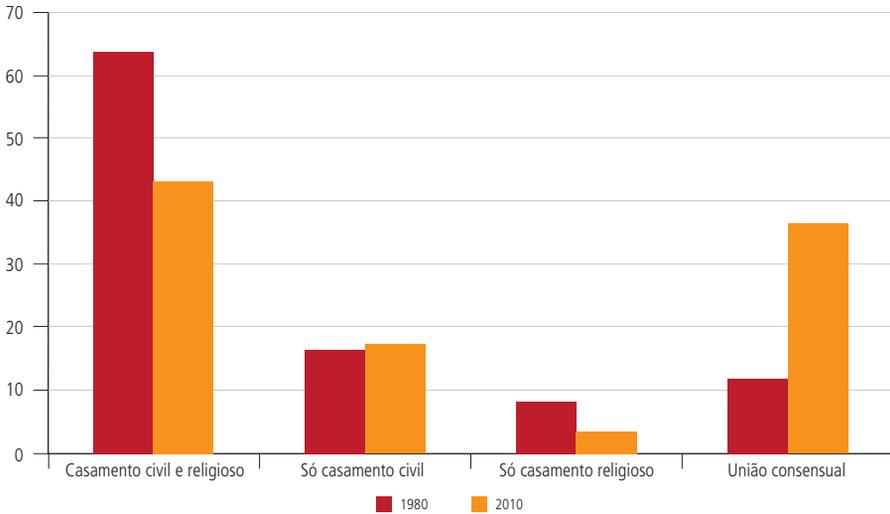
9. Foi feita, também, uma pergunta sobre o estado civil – pergunta esta que não foi utilizada neste capítulo.

O não adiamento da idade ao casar pode estar relacionado ao aumento das uniões consensuais, o que é, também, uma das características da STD. Além da escolha de não casar legalmente, a união consensual pode ser uma opção do casal de coabitar antes do casamento legal, o que aparece como uma alternativa para divorciados e viúvos que estabelecem uma nova união, apontando, assim, para uma mudança nos padrões culturais em que o casamento legal/religioso era a norma predominante.

O gráfico 2 mostra um aumento expressivo no percentual de uniões consensuais dentro do total de uniões e uma diminuição dos casamentos realizados no civil e no religioso, especialmente no caso de casamentos realizados apenas no religioso. Apesar disso, os casamentos civis e religiosos continuavam predominando em 2010, constituindo 42,9% do total das uniões. O percentual de uniões consensuais triplicou, passou de 11,8% em 1980 para 36,4% em 2010, atingindo valores próximos aos dos casamentos realizados tanto no civil como no religioso. O aumento das uniões consensuais representa não somente uma maior aceitação da sociedade da não oficialização do casamento, como também um maior controle dos indivíduos sobre o seu destino. A dissolução do casamento deixou de ser a morte e passou a depender mais da vontade dos indivíduos. Outra consequência é o aumento da taxa de divórcios.

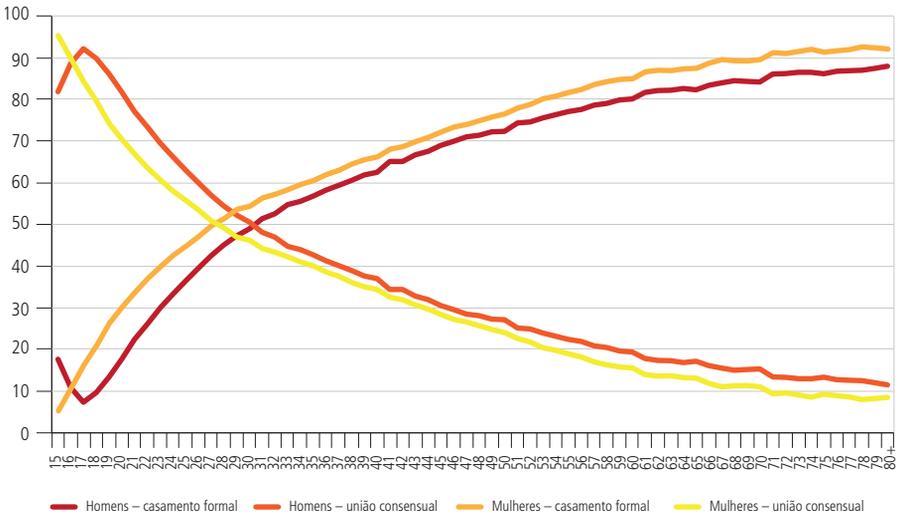
O gráfico 3 mostra as proporções de homens e mulheres em união consensual por grupos de idade comparadas às proporções em união formal em 2010. Observa-se que nas uniões consensuais predominavam as pessoas mais jovens, com até 29 anos. A partir desta idade, passaram a predominar as uniões formais (casamento civil e/ou religioso). Isto se verifica tanto para homens quanto para mulheres e sugere que as pessoas passam primeiro por um período de coabitação para depois entrarem em uma união formal.

GRÁFICO 2
Brasil: distribuição percentual das uniões conjugais segundo a natureza (1980 e 2010)



Fonte: Censos Demográficos 1980 e 2010/IBGE.

GRÁFICO 3
Brasil: proporção da população unida pela natureza da união e sexo (2010)

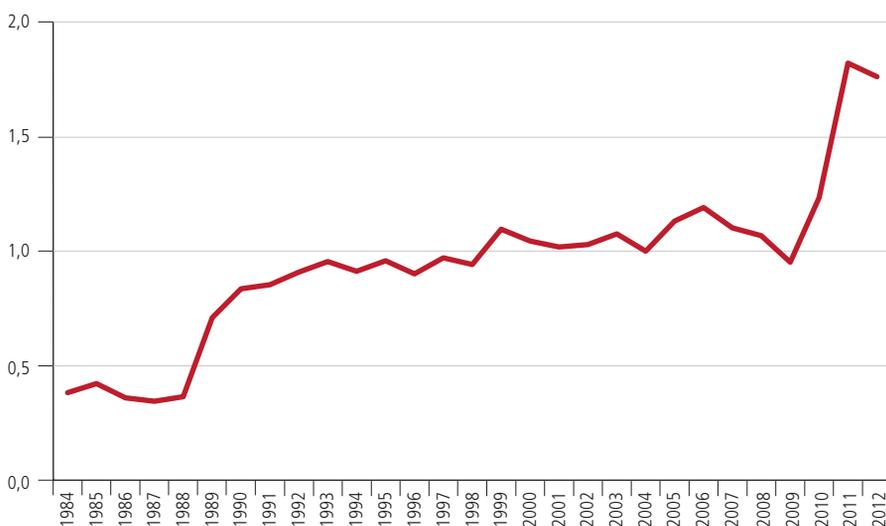


Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE.

O divórcio foi instituído no Brasil em 1977, por meio da Lei nº 6.515 (Brasil, 1977), como a única forma legal de dissolução do casamento (Ramalho, Lazo e Magalhães, 2010). Informações sobre o número de divórcios começaram a ser divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir de 1984. Neste capítulo, utilizou-se como indicador da sua evolução a razão do número de divórcios pela população de 15 anos ou mais.¹⁰ Pode-se observar, no gráfico 4, um grande crescimento nesta razão: em 1984, foi de 0,39 por mil habitantes de 15 anos ou mais; em 2010, de 1,24 – um valor três vezes mais elevado do que o observado no primeiro ano da série.

GRÁFICO 4

Brasil: taxa geral de divórcio da população de 15 anos ou mais (1984-2012)
(Por mil habitantes)



Fonte: Registro Civil 1984 a 2012/IBGE; Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010; e Projeção da População do Brasil por sexo e idade/Revisão 2008/IBGE (anos intercensitários).

Elaboração das autoras.

Outra mudança salientada pela STD é o aumento da proporção de pessoas que optam por não casar. Isto pode ser medido pelo Índice de

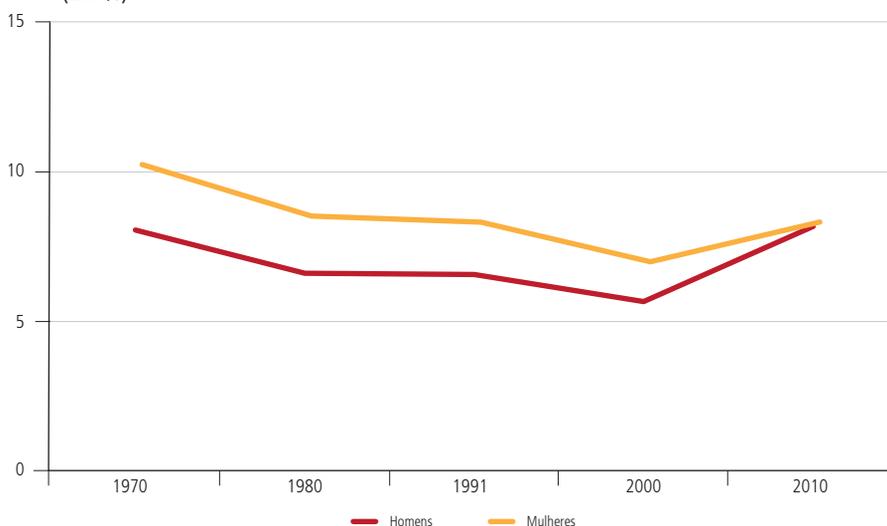
10. O indicador mais adequado para esta análise seria a taxa de divórcio. Esta é a razão do número de divórcios em determinado ano pela população casada deste ano (Lazo, 1996, *apud* Ramalho, Lazo e Magalhães, 2010). Contudo, as informações disponíveis não permitiram tal cálculo.

Celibato para homens e mulheres,¹¹ (gráfico 5), referente ao período de 1970 a 2010. Este índice se apresentava sistematicamente mais elevado para as mulheres até 2000. Em 2010, estas taxas se aproximaram, dado o aumento para os homens de 6,7% para 8,2% e uma pequena diminuição para as mulheres de 8,6% para 8,4%. Isso significa que, de cem homens na idade de 50 anos, 8,2% nunca haviam se casado e de cada cem mulheres, isto ocorreu para 8,4% delas.

GRÁFICO 5

Brasil: índice de celibato por sexo (1970-2010)

(Em %)



Fonte: Censos Demográficos 1970 a 2010/IBGE.

Elaboração das autoras.

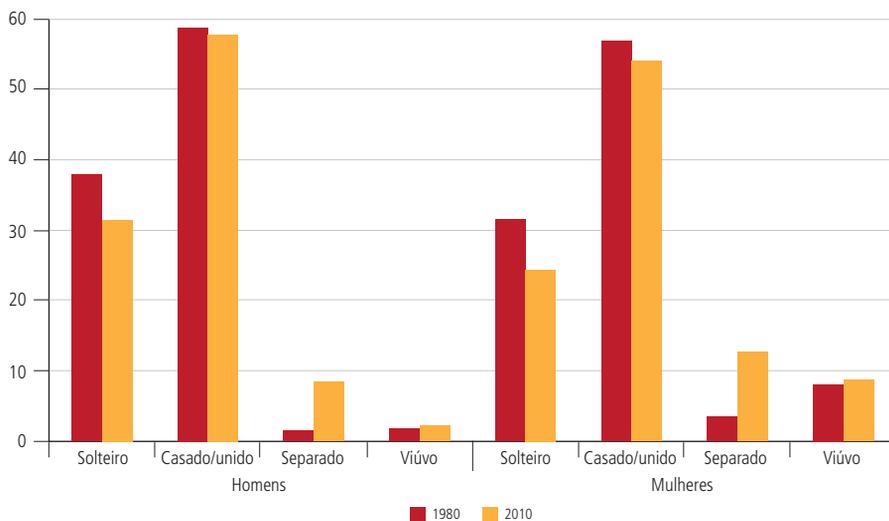
As mudanças descritas impactaram a distribuição da população brasileira por estado conjugal (gráfico 6). Para esta avaliação, foi considerada a população de 15 anos ou mais, por sexo. Nos dois anos considerados, o estado conjugal predominante foi o de casados/unidos, independentemente do sexo. Mais da metade da população encontrava-se nessa categoria. A referida proporção diminuiu ligeiramente no período considerado para ambos os sexos, mas de forma um pouco mais intensa para as mulheres. O segundo estado conjugal mais importante é o de solteiros, cuja proporção também reduziu

11. Pessoas que não foram casadas, nem viveram em união na idade exata de 50 anos sobre a população da mesma idade por 100 habitantes. Este índice assume que as pessoas que não se casaram (a primeira vez) até os 50 anos não se casarão mais.

no período, e mais expressivamente do que a proporção de casados. Isso pode estar relacionado ao envelhecimento desse segmento populacional, ou seja, à diminuição da proporção de jovens. Essas reduções foram compensadas pelo aumento da proporção de separados, especialmente para as mulheres. Uma maior proporção de população idosa poderia levar a um aumento da proporção de viúvos. Isso não ocorreu devido, provavelmente, ao aumento das separações e recasamentos, bem como à redução da mortalidade. Sumarizando, os movimentos no estado conjugal aqui descritos vão na direção preconizada pela STD.

GRÁFICO 6

Brasil: distribuição percentual da população de 15 anos ou mais por estado conjugal e sexo (1980 e 2010)



Fonte: Censos Demográficos 1980 e 2010/IBGE.

O início mais cedo da vida sexual, especialmente para as mulheres, é outra característica da STD. Informações regulares e sistemáticas sobre práticas sexuais são escassas no Brasil. A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Mulher (PNDS), feita pelo Ministério da Saúde (MS, 2008), levantou informações que permitem o cálculo da idade mediana à primeira relação sexual das mulheres. Esta diminuiu de 19,5 anos para 17,0 anos entre 1996 e 2006, sinalizando um movimento na direção apontada pela STD.¹²

12. Foram consideradas apenas as mulheres de 15 a 44 anos em 1996 e de 15 a 49 anos em 2006 (Brasil, 2008).

Todas as mudanças já descritas vão impactar o tamanho e a composição dos arranjos familiares, como será visto a seguir.

4 ARRANJOS FAMILIARES

Esta seção analisa as formas como as famílias brasileiras estão se organizando e como as condições de vida, aqui medidas pelo rendimento familiar e percentual de famílias pobres, variam segundo o tipo de arranjo familiar. Existem inúmeras possibilidades de se considerar a composição familiar. A primeira parte desta seção apresenta um panorama geral de como essas famílias se distribuem, segundo as várias formas de arranjo, utilizando-se de uma tipologia tradicional. Na segunda parte, analisa, de forma mais detalhada, os arranjos e as condições de vida das famílias, utilizando uma tipologia que leva em conta o momento da mulher no ciclo vital.

4.1 Mudanças gerais

As mudanças demográficas e sociais têm impacto na composição familiar e no tamanho dos domicílios. Essas mudanças se refletem na redução do tamanho das famílias pela diminuição do número de filhos, no aumento do número de casais que optam por não ter filhos, no crescimento dos casos de divórcio e de separação, de recasamentos e no aumento da quantidade de pessoas que moram sozinhas. O envelhecimento populacional e a queda da fecundidade, discutidos em vários capítulos deste livro, resultam no envelhecimento das mulheres e de seus filhos. Isto aliado às mudanças na nupcialidade afetam a tipologia e a composição dos arranjos familiares bem como as condições de vida das pessoas que aí residem.

Por arranjo familiar, está se considerando o arranjo domiciliar. Ou seja, a unidade de análise é o domicílio.¹³ Observa-se no gráfico 7 que os arranjos do tipo casal com filhos,¹⁴ embora declinantes, ainda são os predominantes. Em 2010, aproximadamente a metade dos domicílios encontrava-se nesta categoria, mas em 1980 este percentual fora de 67,3%. Já todas as demais formas de arranjos aumentaram a sua importância. Relativamente falando, o maior aumento percentual foi verificado para os domicílios formados por

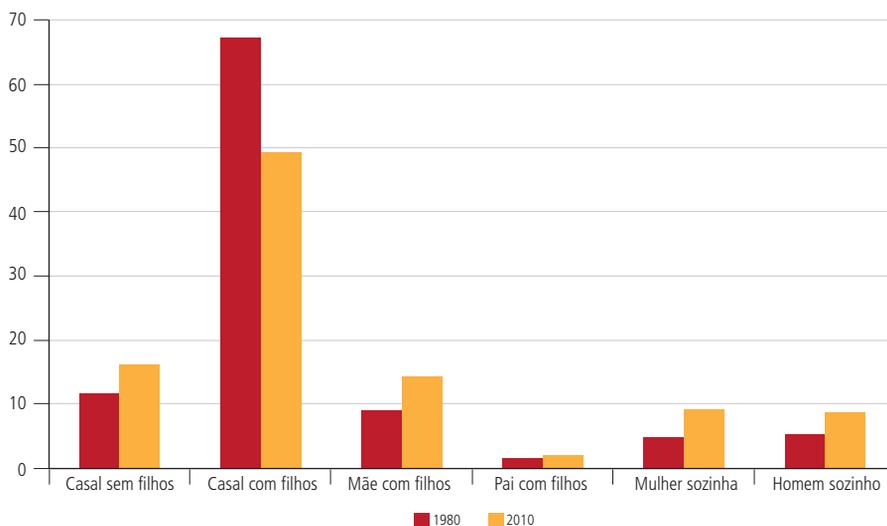
13. Para uma discussão sobre essas diferenças, ver Medeiros (2002).

14. Neste trabalho, aos arranjos nucleares estão sendo somados os arranjos nucleares compostos e os nucleares estendidos (Medeiros, 2002).

mulheres vivendo sozinhas, que passou de 4,9% para 9,3%, seguido dos domicílios formados por homens sozinhos e por mães com filhos.

GRÁFICO 7

Brasil: distribuição percentual dos arranjos domiciliares por tipo (1980 e 2010)



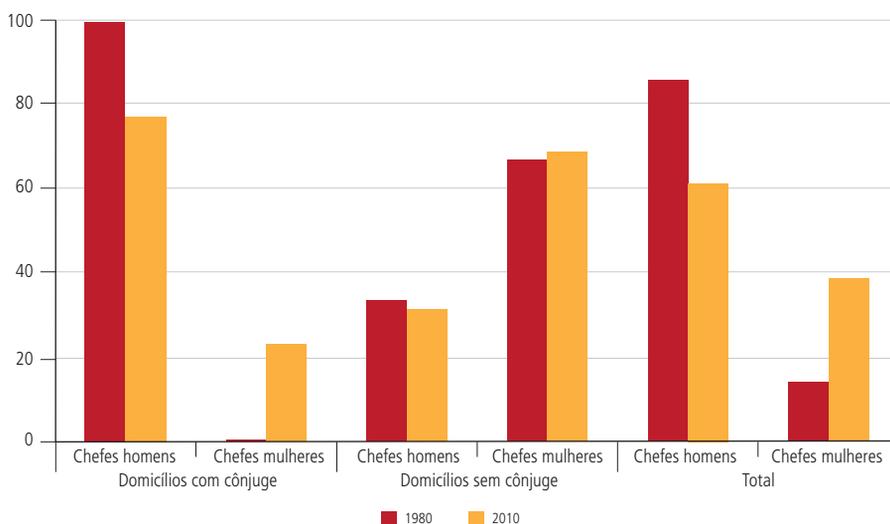
Fonte: Censos Demográficos 1980 e 2010/IBGE.

Elaboração das autoras.

O aumento da proporção de domicílios compostos por mulheres sozinhas e por mães com filhos é resultado de mudanças no papel social da mulher, o que é reforçado pelo envelhecimento da população. As mudanças na estrutura etária, como visto no capítulo 2, levam a um aumento da proporção de mulheres viúvas que podem estar optando por viverem sozinhas em vez de morarem com os filhos. Também o aumento dos divórcios e das famílias monoparentais devem ter contribuído para isso. As mudanças no papel social da mulher se expressam, também, no crescimento da proporção de mulheres consideradas chefes do domicílio, principalmente, no caso das com cônjuges. O percentual do total de domicílios chefiados por mulheres aumentou de 14,3% em 1980 para 38,7% em 2010, quase três vezes. No caso de mulheres com cônjuges, estas chefiavam 0,3% dos domicílios em 1980 e passaram a chefiar 22,9% em 2010 (gráfico 8). Essas mulheres, provavelmente, tinham renda maior do que o cônjuge.

GRÁFICO 8

Brasil: distribuição percentual dos chefes de domicílio por sexo, segundo a presença de cônjuge (1980-2010)



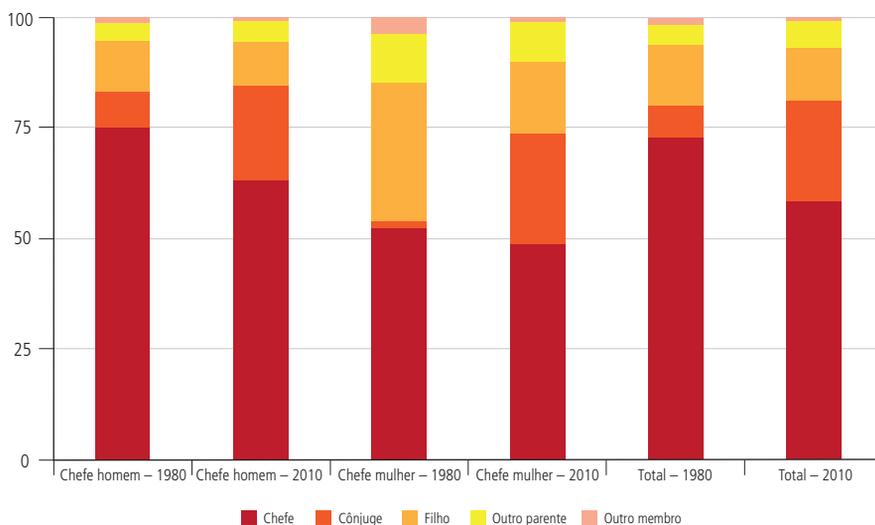
Fonte: Censos Demográficos 1980 e 2010/IBGE.

Elaboração das autoras.

Outra forma de medir as mudanças no papel social da mulher é por meio da participação da sua renda no orçamento das famílias. Nos contratos tradicionais de gênero, o homem é o provedor e a mulher a cuidadora dos membros dependentes. O gráfico 9 mostra a contribuição percentual da renda de cada membro da família no total da renda familiar em 1980 e 2010. Pode-se observar que, nos dois anos estudados e independentemente do sexo do chefe, a maior contribuição para a renda das famílias era dada pelo chefe. No entanto, esta contribuição diminuiu de 73,0% para 58,6%. A redução foi maior no caso de chefes homens. Esta redução foi compensada pelo aumento de rendimento dos cônjuges femininos, reforçando o que já foi visto sobre a importância do rendimento das mulheres na renda das famílias. A contribuição da renda dos filhos também diminuiu, principalmente nos domicílios chefiados por mulheres. Aumentou a contribuição da renda dos outros parentes nos domicílios chefiados por homens.

GRÁFICO 9

Brasil: contribuição percentual da renda de cada membro no total da renda da família, por sexo do chefe (1980 e 2010)



Fonte: Censos Demográficos 1980 e 2010/IBGE.

Elaboração das autoras.

A tabela 1 apresenta o rendimento médio *per capita* dessas famílias e a proporção de famílias pobres¹⁵ em 1980 e 2010 para cada tipo de arranjo considerado. Os rendimentos foram medidos em salários mínimos (SMs), o que dificulta a comparação entre 1980 e 2010, dada a ocorrência de ganhos reais obtidos pelo SM no período. Por isso, acredita-se que os ganhos nesse indicador, observados em todas as formas de arranjos, estão subestimados. Foram mais expressivos nas famílias formadas por mulher sozinha e pais com filhos. Conseqüentemente, a proporção de domicílios pobres diminuiu em todas as categorias, com exceção dos domicílios com homens morando sozinhos, cuja proporção aumentou de 9,0% para 13,6%.

15. Por famílias pobres, consideraram-se aquelas cuja renda mensal *per capita* estava abaixo da linha da pobreza. Esta linha, gentilmente cedida por Ricardo Paes de Barros, foi calculada para todas as regiões brasileiras, desagregadas por áreas rurais, urbanas e metropolitanas. Dessa forma, não há um único valor. A linha de pobreza brasileira é a soma de todos os valores. Assumiu-se que aqueles que vivem abaixo da linha de pobreza não podem arcar com a sua sobrevivência.

TABELA 1

Brasil: rendimento médio mensal *per capita* e proporção de domicílios pobres, segundo o arranjo familiar (1980 e 2010)

	Rendimento médio (SMs)			Proporção de pobres		
	1980	2010	Variação	1980	2010	Variação
Casal sem filhos	1,99	2,04	0,05	19,1	9,3	-9,8
Casal com filhos	0,99	1,09	0,10	37,1	24,7	-12,4
Mulher sozinha	1,66	1,84	0,18	19,4	12,4	-7,0
Mãe com filhos	0,85	0,94	0,09	37,9	26,0	-11,9
Homem sozinho	2,16	2,18	0,03	9,0	13,6	4,7
Pai com filhos	1,10	1,26	0,17	30,1	19,1	-11,0
Total	1,08	1,25	0,17	32,6	20,2	-12,4

Fonte: Censos Demográficos 1980 e 2010/IBGE.

Elaboração das autoras.

Nos dois anos considerados, os domicílios mais pobres eram os que tinham filhos residindo, nesta ordem: mãe com filhos, casal com filhos e pai com filhos. Estes, embora tenham apresentado a maior redução, continuaram os mais pobres. Como mencionado anteriormente, observou-se uma grande mudança na composição dos arranjos domiciliares entre 1980 e 2010, sendo a mais importante a redução da proporção de casal com filhos. No entanto, parte desta mudança foi compensada pelo aumento da proporção dos arranjos formados por mães com filhos e pais com filhos, resultado das mudanças na nupcialidade. De qualquer forma, essa mudança foi responsável pela redução de 1,5 ponto percentual (p.p.) na proporção de famílias pobres. De outra forma, a proporção de famílias pobres seria de 21,7%, ou seja, caso não houvesse a mudança na composição dos arranjos familiares.

Sakamoto (2014), analisando os dados das PNADs de 1981 a 2011, observou que mudanças na composição dos arranjos familiares tiveram um impacto positivo sobre a renda domiciliar *per capita*, especialmente nas áreas urbanas. As mudanças mais expressivas detectadas foram a redução da proporção dos casais com filhos e o aumento dos sem filhos.

4.2 Arranjos familiares segundo as etapas do ciclo de vida familiar

A classificação dos arranjos pelo momento da mulher no ciclo de vida familiar considera a idade delas e a dos filhos. Esta classificação tem por

objetivo captar as mudanças acarretadas pela diminuição das taxas de fecundidade, adiamento do casamento e do primeiro filho e o envelhecimento populacional na formação das famílias. A tipologia utilizada aqui foi proposta por Arriagada (2004), que considera apenas os domicílios que são formados por casais, sem incluir os monoparentais e nem os formados por pessoas vivendo sozinhas. O quadro 1 descreve os cinco tipos considerados e como eles são formados.

QUADRO 1
Etapas do ciclo da vida familiar

Casal jovem sem filhos	Casais sem filhos onde a mulher tem menos de 40 anos
Etapas de início	Casais apenas com crianças com 5 anos ou menos
Etapas de expansão ou crescimento	Casais com filhos com idade entre 6 e 12 anos (independentemente da idade do filho mais novo)
Etapas de consolidação e saída	Casais com filhos com 13 anos ou mais
Ninho vazio	Casais sem filhos onde a mulher tem 40 anos ou mais

Fonte: Arriagada (2004, p. 85).

Dos 25 milhões de arranjos familiares detectados pelo Censo Demográfico de 1980, apenas 21,2% não se enquadravam nesta tipologia. Já em 2010, este percentual aumentou para 34,9% dado o grande crescimento dos domicílios monoparentais chefiados por mulheres e, também, unipessoais femininos, sinalizando uma maior diversificação na composição familiar. Estes arranjos serão analisados na próxima subseção. O Censo de 2010 permitiu, ainda, a identificação de casais homossexuais,¹⁶ o que representava 0,1% do total de arranjos naquele ano. Acredita-se que esta informação esteja subestimada.

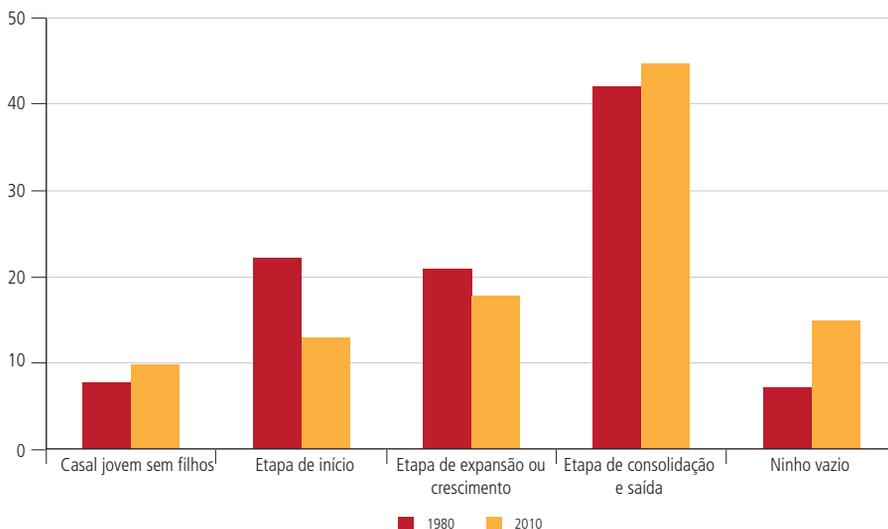
A tipologia aqui analisada cobre, portanto, 78,8% e 65,1% do total de arranjos brasileiros, em 1980 e 2010, respectivamente. Observa-se nos dois anos analisados que a modalidade de arranjo mais importante é o constituído por famílias classificadas na etapa de consolidação e saída, responsáveis por 42,1% do total de arranjos considerados em 1980, proporção que aumentou para 44,6% em 2010. Ao se incluir nesse grupo os domicílios monoparentais, levando em conta a idade dos filhos, o percentual de famílias na etapa de

16. Não foram considerados os casais homossexuais porque não há esta informação para 1980. Em 2010, foram identificados cerca de 67,4 mil casais homossexuais, que representavam 0,1% do total de arranjos domiciliares.

consolidação e saída alcançaria 52,3% em 2010. Para Arriagada (2004), os países com envelhecimento populacional mais avançado tendem a contar com um maior número de domicílios nessas duas categorias. O Brasil, mesmo não estando em uma etapa de envelhecimento populacional tão avançada como Uruguai e Argentina, por exemplo, já apresenta um aumento significativo no índice de envelhecimento,¹⁷ que cresceu de 10,5% em 1980 para 30,7% em 2010. As tendências demográficas apresentadas no capítulo 5 deste livro apontam uma continuação do processo de envelhecimento, o que deverá reforçar as tendências já apresentadas no processo de constituição dos arranjos familiares.

GRÁFICO 10

Brasil: distribuição percentual dos arranjos domiciliares formados por casais, segundo a etapa do ciclo de vida familiar (1980 e 2010)



Fonte: Censos Demográficos 1980 e 2010/IBGE.

Elaboração das autoras.

17. O índice de envelhecimento é a razão entre a população de 65 anos ou mais e a população menor de 15 anos. Ele é expresso em percentual, e o crescimento expressivo deste índice indica um processo de envelhecimento avançado. A dinâmica que caracteriza esse processo pode ser vista no capítulo 2 deste livro. Em 2010, o índice de envelhecimento do Uruguai foi de 61,6% e o da Argentina de 42,7%. Cálculo realizado pelas autoras, com bases nos dados disponíveis em: <<http://esa.un.org/unpd/wpp/index.htm>>. Acesso em: março de 2014.

Também como consequência do processo de envelhecimento populacional, o percentual de domicílios na etapa de ninho vazio mais que dobrou, passando de 7,1% para 14,8% entre 1980 e 2010. Outra modalidade de arranjo cuja proporção cresceu no período é a de casal jovem sem filhos, em que a mulher tem menos de 40 anos. Esta proporção passou de 7,7% para 9,7%. Embora não se possa saber se essas famílias ainda terão filhos, pelo menos uma parcela delas faz parte de um novo tipo de famílias, denominado DINC que tem aumentado como resultado das mudanças comportamentais e sociais e que será analisado na próxima seção. A escolha por não ter filhos é cada vez mais socialmente aceita. Como se viu no capítulo 1 deste livro, a maternidade está deixando de ser a prioridade de muitas mulheres. Uma das consequências é uma queda acentuada do percentual de famílias na etapa de início, de 22,2% em 1980 para 12,9% em 2010. O segundo arranjo em importância é aquele em que se encontram famílias em etapas na fase de expansão e crescimento, cuja importância também diminuiu no período, passando de 20,9% para 17,7% do total de arranjos estudados.

A tabela 2 apresenta algumas características destes arranjos para o ano de 2010. Conforme visto anteriormente, os domicílios com famílias na etapa de consolidação e saída são os predominantes. É também nos domicílios que estão nesta etapa familiar que se encontra o maior número de moradores, 4,6 pessoas, indicando que outros membros além de filhos aí residem. Provavelmente, são outros parentes e/ou agregados,¹⁸ dado que o número médio de filhos residentes é de 2,1. Embora 2,1 pessoas trabalhem nestes domicílios e 0,4 receba algum tipo de benefício social, essa forma de arranjo apresentava o segundo mais baixo rendimento médio familiar *per capita*, 1,1 SM. Apresentava a segunda mais baixa proporção de chefes com onze anos ou mais de estudo – apenas 19,5%.

A menor renda domiciliar *per capita* e a maior dependência da renda do chefe foram encontradas no segundo arranjo em importância – famílias na fase de expansão ou crescimento. Embora 4,0 pessoas residissem no domicílio,

18. Verifica-se nesta etapa uma presença maior de genros/horas e netos em comparação com as etapas de início e de expansão ou crescimento, devido à presença de filhos mais velhos. Para Bilac (2006), as famílias brasileiras, frente à falta de recursos, tendem a se aglomerar em núcleos familiares na busca de reduzir os gastos domiciliares fixos, aumentando assim a rede de apoio interno. A autora define que as famílias brasileiras atendem ao "padrão de residência nuclear com recorrência sistemática à ampliação" (*apud* Sakamoto, 2014, p. 88).

apenas 1,5 trabalhava, pois, por definição, os filhos tinham entre 6 e 12 anos de idade neste tipo de arranjo. Das mulheres residentes nestes domicílios, apenas 29,0% trabalhavam. Em quarto lugar em importância, mas com características semelhantes às de famílias em fase de expansão e consolidação, encontravam-se as famílias em fase de início, que são as que têm filhos com idade até 5 anos. Embora os chefes tivessem uma escolaridade relativamente elevada, essas famílias apresentavam, junto às que estavam na etapa de consolidação e saída, o segundo mais baixo rendimento mensal *per capita*. No primeiro caso, a dependência da renda do chefe era mais elevada. Apesar do número médio de filhos ser mais baixo que o das famílias na fase de expansão, o número médio de pessoas que trabalhava é igual. O maior rendimento médio domiciliar *per capita* e, também, a maior proporção de chefes com onze anos ou mais de estudo podem ser encontrados entre os casais jovens sem filhos. Nesses domicílios, residiam 2,1 pessoas e 1,7 trabalhava. Cerca de dois terços das mulheres trabalhavam.

TABELA 2

Brasil: algumas características das famílias brasileiras formadas por casais, por etapas do ciclo familiar (2010)

	Casal jovem sem filhos	Etapa de início	Etapa de expansão ou crescimento	Etapa de consolidação e saída	Ninho vazio	Total
Proporção ¹	9,7	12,9	17,8	44,7	14,8	100,0
% de chefes homens	76,2	78,6	76,7	77,1	76,2	77,0
% de chefes mulheres	23,8	21,4	23,3	22,9	23,8	23,0
% de mulheres que trabalham	65,7	30,9	29,0	38,0	35,0	36,7
Tamanho médio	2,1	3,4	4,0	4,6	2,2	3,7
Número médio de filhos	0,0	1,2	1,9	2,1	0,0	1,5
Número médio de pessoas que trabalham	1,7	1,5	1,5	2,12	1,0	1,71
Número médio de pessoas que recebem algum benefício	0,1	0,1	0,1	0,4	0,9	0,4
Idade média do chefe	30,5	30,4	35,8	49,7	60,5	44,5
Percentual de chefes com pelo menos onze anos de estudo	39,9	34,5	27,7	19,5	13,8	24,0
Proporção da renda que depende da renda do chefe	59,4	63,1	62,2	49,9	61,9	55,7
Rendimento médio familiar <i>per capita</i> ¹	2,1	1,1	0,9	1,1	2,0	1,2

Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE.

Elaboração das autoras.

Nota: ¹ Em número de SMS.

Aproximadamente 15% dos domicílios, na tipologia estudada, são os chamados ninhos vazios. Estes não têm filhos residindo e a mulher tem mais de 40 anos. Nesses domicílios também se encontra um rendimento médio domiciliar *per capita* quase tão alto quanto o de famílias formadas por casais jovens. O número de residentes nos dois domicílios também é muito semelhante. Uma diferença é que, no caso dos ninhos vazios, apenas uma pessoa trabalhava, mas 0,9 recebia pelo menos um benefício de seguridade social e a dependência da renda do chefe era ligeiramente maior.

A tabela 3 apresenta a variação percentual dessas características familiares observadas entre 1980 e 2010. A mudança mais expressiva foi o aumento dos domicílios chefiados por mulheres com cônjuges. Isso foi observado em todas as categorias, mas de forma mais expressiva nas famílias em etapas de início, que são famílias mais jovens e mais propensas a mudanças. Em segundo lugar, situavam-se as famílias na etapa de expansão e crescimento. Também foi importante o crescimento da proporção de chefes com onze anos ou mais de estudo e da proporção de mulheres que trabalhavam. Quanto à escolaridade, as famílias mais beneficiadas foram aquelas em etapa de consolidação e saída. Já o aumento do percentual de mulheres que trabalhavam ocorreu principalmente nas que estavam na etapa de expansão ou crescimento. No conjunto das famílias, isso significou um aumento na proporção de pessoas que trabalhavam, uma redução da dependência da renda do chefe e um aumento do rendimento médio, que foi mais expressivo nas famílias em etapa de consolidação.

O número médio de filhos caiu aproximadamente à metade, e esta queda foi mais expressiva nas famílias em etapa de consolidação e saída e nas de expansão ou crescimento. O envelhecimento dos filhos, com a conseqüente saída da casa dos pais, bem como a queda da fecundidade podem explicar essa variação. O resultado foi uma redução no número médio de pessoas no domicílio.

TABELA 3
Brasil: variação percentual de algumas características das famílias brasileiras formadas por casais, por etapas do ciclo familiar (1980-2010)

	Casal jovem sem filhos	Etapas de início	Etapas de expansão ou crescimento	Etapas de consolidação e saída	Ninho vazio	Total
Proporção	26,5%	-41,7%	-14,9%	6,2%	107,8%	0,0%
% de chefes homens	-23,5%	-21,3%	-23,1%	-22,6%	-23,3%	-22,7%
% de chefes mulheres	5.963,8%	13.739,6%	10.214,1%	5.869,2%	3.024,3%	6.920,0%
% de mulheres que trabalham	98,8%	147,2%	185,1%	96,6%	117,0%	123,3%
Tamanho médio	-3,9%	-13,2%	-24,7%	-29,6%	-6,4%	-26,1%
Número médio de filhos	0,0%	-24,0%	-38,3%	-46,4%	0,0%	-45,9%
Número médio de pessoas que trabalham	16,9%	13,1%	14,7%	-9,9%	20,0%	-0,4%
Número médio de pessoas que recebem algum benefício	-77,7%	-84,9%	-76,4%	-23,2%	22,3%	-25,5%
Idade média do chefe	0,0	-0,6	-2,1	-2,0	-2,8	1,0
Percentual de chefes com pelo menos onze anos de estudo	230,8%	272,7%	363,1%	418,4%	230,7%	293,2%
Proporção da renda que depende da renda do chefe	-24,6%	-26,4%	-28,4%	-23,6%	-26,5%	-26,1%
Rendimento médio familiar <i>per capita</i> ¹	6,7%	1,0%	4,7%	14,7%	0,3%	15,3%

Fonte: Censos Demográficos 1980 e 2010/IBGE.

Elaboração das autoras.

Nota: ¹ Em número de SMS.

O rendimento médio dessas famílias foi medido em SMs. Dadas as razões mencionadas anteriormente, os ganhos mostrados na tabela 3, em todos os tipos de arranjos, estão subestimados. Estes incidiram, principalmente, nos arranjos que estão na etapa de consolidação e saída, seguidos dos formados por casal sem filhos. Nesse caso, o aumento do rendimento médio *per capita* pode ser explicado pelo aumento da escolaridade do chefe e pela redução do número de filhos. Embora o percentual de mulheres que trabalhavam tenha aumentado, o número médio de pessoas que trabalhava diminuiu provavelmente, pela saída dos filhos. Já nos outros dois tipos de arranjos com filhos, em que se observou, também, um crescimento do rendimento médio, além do aumento da escolaridade do chefe, constatou-se um aumento na proporção de mulheres que trabalhavam e, conseqüentemente, no número médio de pessoas que trabalhavam.

A mudança na composição dos arranjos segundo a etapa do ciclo de vida familiar e o aumento do rendimento médio levou a uma redução nas proporções de domicílios pobres. Entre 1980 e 2010, esta proporção diminuiu de 34,4% para 20,9%, conforme mostra a tabela 4. A maior redução foi observada nos ninhos vazios e a menor, nas famílias formadas por casal jovem sem filhos. No primeiro caso, verificou-se um aumento no número de pessoas que recebia algum benefício social. O maior efeito foi o provocado pelo aumento do rendimento médio, já que o efeito da mudança na composição dos arranjos foi de apenas 2,8 p.p. Ou seja, o percentual de famílias pobres seria de 22,9% se não houvesse mudança na composição dos arranjos, em vez dos 20,9% observados.

TABELA 4

Brasil: proporção de domicílios pobres formados por casais, segundo as etapas do ciclo de vida (1980 e 2010)

	1980	2010	Variação
Casal jovem sem filhos	13,2	9,6	-3,6
Etapa de início	32,4	26,9	-5,4
Etapa de expansão ou crescimento	44,5	30,7	-13,7
Etapa de consolidação e saída	35,9	21,7	-14,2
Ninho vazio	25,5	9,1	-16,4
Total	34,4	20,9	-13,5

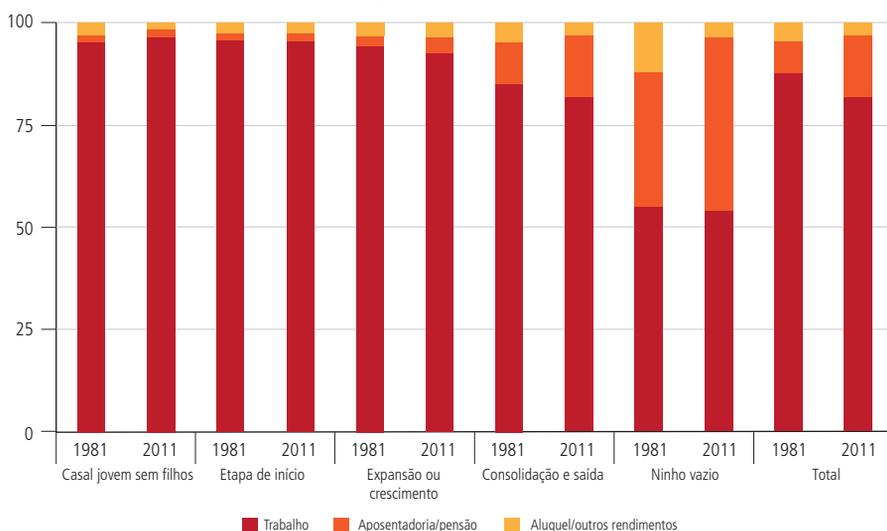
Fonte: Censos Demográficos 1980 e 2010/IBGE.

Elaboração das autoras.

Acredita-se que o aumento da escolaridade e do número de pessoas que trabalham, especialmente as mulheres, foi fator importante para explicar o crescimento do rendimento médio *per capita*, pois a principal fonte de renda dessas famílias era o trabalho. Os dados do Censo de 2010 sobre fontes de rendimentos não diferenciam as mesmas. Foram utilizados, então, os dados levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1981 e 2011, objetivando identificar a origem dos rendimentos por tipologia de arranjo (gráfico 11). Considerando o conjunto de famílias, a renda do trabalho foi responsável por 89,7% de todas as rendas em 1981, percentual que diminuiu para 81,8% em 2011. Esta diminuição foi compensada pelo aumento da participação da renda dos benefícios da seguridade social, aposentadoria e pensões. Isto pode ser explicado pelo crescimento dos arranjos do tipo ninho vazio, formado por pessoas mais velhas, em que a contribuição da renda dos benefícios da seguridade social na sua renda passou de 33,0% para 42,3%. Esta contribuição também aumentou nos arranjos na etapa de consolidação, passando de 10,3% para 15,0%. Ou seja, essa mudança reflete o envelhecimento populacional, o que faz com que a renda de aposentadorias e pensões por morte aumente a sua importância na renda das famílias brasileiras.

GRÁFICO 11

Brasil: distribuição percentual da renda das famílias formadas por casais por fonte de rendimento, segundo as etapas do ciclo da vida (1981-2011)



Fonte: PNAD 1981 e 2011/IBGE.

Elaboração das autoras.

4.3 Os demais arranjos

Como se mencionou, os arranjos analisados na seção anterior correspondiam a 65,1% do total de arranjos de 2010. Os demais, 35,9%, diziam respeito a domicílios monoparentais, chefiados por homens ou mulheres, e homens e mulheres vivendo sós. Entre estes, predominam os do tipo mãe com filhos. O gráfico 7 mostrou que todas essas categorias aumentaram a sua participação no total de arranjos, sendo os maiores acréscimos observados nos domicílios habitados por mulheres e homens sozinhos.

A tabela 5 resume algumas características dessas famílias em 2010. Elas foram agrupadas em quatro categorias: monoparentais masculinos e femininos e unipessoais, também masculinos e femininos. Chamam-se de unipessoais os arranjos formados por homens ou mulheres sem cônjuges e nem filhos mas que podem conter outros moradores como agregados, pensionistas e/ou empregados domésticos. As duas categorias monoparentais e unipessoais guardam diferenças importantes entre si, tanto na composição quanto no nível de rendimento e pobreza.

TABELA 5
Brasil: algumas características dos domicílios não nucleares (2010)

	Monoparental feminino	Monoparental masculino	Unipessoal feminino ²	Unipessoal masculino ²
Proporção em relação ao total	14,4	2,1	9,3	8,7
Tamanho médio	3,5	3,3	1,7	1,6
Número médio de filhos	1,8	1,6	0,0	0,0
Número médio de pessoas que trabalham	1,4	1,5	0,7	1,0
Número médio de pessoas que recebem algum benefício	0,5	0,5	0,6	0,3
Idade média do chefe	50,4	55,8	54,9	44,7
Percentual de chefes com pelo menos onze anos de estudo	20,5	15,7	22,2	24,2
Proporção da renda que depende da renda do chefe	55,0	63,6	76,6	77,2
Rendimento médio familiar <i>per capita</i> ¹	0,9	1,3	1,8	2,2
Proporção de famílias pobres	26,0	19,1	12,4	13,6

Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE.

Elaboração das autoras.

Notas: ¹ Em número de SMS.

² Nos domicílios unipessoais estão incluídos aqueles com presença de outros parentes e de não parentes.

Dos quatro tipos considerados, o mais importante é o monoparental feminino, responsável por 14,4% do total de arranjos familiares. Esta proporção fora de 9,1% em 1980, indicando um grande crescimento no conjunto de famílias brasileiras. Em segundo lugar em importância, colocam-se os unipessoais femininos, 9,3%, cuja proporção praticamente dobrou no período considerado. Dos masculinos, cuja importância também cresceu, o que predomina é o unipessoal. Estes foram responsáveis por 8,7% do total de domicílios em 2010, proporção que fora de 5,4% em 1980. Já os monoparentais masculinos constituíam aproximadamente 2,0% do total de domicílios em 2010 dado que tradicionalmente o cuidado dos filhos é da mãe.

Por definição, os monoparentais são os que contavam com o maior número de moradores, cuja diferença é dada pelo número de filhos, independentemente do sexo do chefe. Estes arranjos passaram a contar com aproximadamente um filho a menos entre 1980 e 2010. Isto pode ser resultado da queda da fecundidade. A escolaridade dos chefes aumentou muito no período considerado, mas continuou mais elevada entre os chefes de domicílios unipessoais, especialmente os masculinos.

O rendimento médio *per capita*, também medido em SMs, cresceu no período, mas também continuou mais elevado nos domicílios unipessoais, especialmente os masculinos. De fato, independentemente do tipo de arranjo, aqueles chefiados por homens apresentavam maior rendimento, mesmo quando a mulher tinha uma escolaridade mais elevada, o que é o caso dos monoparentais. Consequentemente, a proporção de domicílios pobres diminuiu em todas as formas de arranjos, com exceção do unipessoal masculino, como mostrado na tabela 1. As famílias mais pobres ainda eram as monoparentais femininas, o que pode ser explicado, em parte, pelo maior número de filhos e pelo menor rendimento das mulheres.

5 NOVOS ARRANJOS: OS CASAIS DINC E AS FAMÍLIAS RECONSTITUÍDAS

Duas novas formas de arranjos familiares estão crescendo e ganhando a atenção dos estudiosos do assunto: os casais com dupla renda e sem filhos (DINC) e os casais casados/unidos com pelo menos um filho não comum, chamadas famílias reconstituídas. Estas novas formas têm aumentado como resultado de mudanças comportamentais e sociais como a maior aceitação social da escolha de não ter filhos e o aumento das separações/divórcios

e recasamentos. Embora estes dois arranjos estejam contemplados nos classificados nas duas tipologias utilizadas anteriormente, uma análise em separado é feita nesta seção.

5.1 Famílias DINC

A expressão em inglês DINC significa casais com dupla renda e nenhuma criança e o estudo desta modalidade é relativamente novo no Brasil. A mensuração destes casais é aproximada, pois o fato de os casais responderem não ter filhos no momento da entrevista não significa que não o terão ao longo de suas vidas. Da mesma forma, a informação sobre filhos tidos refere-se apenas às mulheres. Não existem dados disponíveis sobre os filhos tidos pelos homens. Os casais DINC, pelo fato de contar com duas rendas e não ter custo com filhos ou outros moradores, tendem a apresentar melhores níveis de educação, renda, cobertura previdenciária e consumo (Alves, Cavenaghi e Barros, 2010).

Neste capítulo, foram considerados como casais DINC aqueles com dupla renda, que viviam em domicílios sem filhos e sem outros parentes ou agregados e em que a mulher declarou não ter tido filhos. Como esperado, observou-se um aumento nos domicílios com casais DINC entre 1980 e 2010, tanto em relação ao total de casais quanto em relação ao total de casais com dupla renda. Constituíam em 2010, 4,5% do total de arranjos familiares brasileiros e aproximadamente 11% dos casais com dupla renda (tabela 6).

Essas famílias são predominantemente chefiadas por homens, mas, como verificado em outras formas de arranjos, o percentual de mulheres chefes do domicílio cresceu no período. Por não ter filhos nem outros moradores no domicílio, contar com um maior número de pessoas que trabalhavam e o chefe apresentar uma escolaridade mais elevada, o rendimento médio dos casais DINC era maior que o rendimento médio das famílias em geral. Em 1980, esta diferença foi de 3,4 vezes e, em 2010, diminuiu para 2,5 vezes. O rendimento médio das demais famílias cresceu e o das DINC diminuiu no período, o que explica a redução dos diferenciais. O fato de o número de pessoas que trabalhavam neste tipo de domicílio (1,8) ser menor que 2,0 sugere a presença de outras fontes de rendimento no domicílio como aluguéis, juros, benefícios sociais e doações. Tanto os chefes

dos domicílios quanto as mulheres desse tipo de arranjo são relativamente jovens, o que pode explicar a sua maior escolaridade.

TABELA 6
Brasil: algumas características dos arranjos domiciliares chamados DINC (1980 e 2010)

	1980	2010
Proporção em relação ao total de casais	0,2	6,8
Proporção em relação ao total de famílias	0,4	4,5
Proporção em relação ao total de casais com dupla renda	10,1	10,9
% de chefes homens	99,2	74,9
% de chefes mulheres	0,8	25,1
% de mulheres que trabalham	89,2	89,5
Numero médio de moradores	2,0	2,0
Número médio de pessoas que trabalham	1,8	1,8
Idade média do chefe	34,8	35,9
Idade média da mulher chefe ou cônjuge	31,7	33,3
Percentual de chefes DINC com pelo menos onze anos de estudo	20,3	39,9
Percentual de chefes de todas as famílias com pelo menos onze anos de estudo	6,2	23,2
Proporção da renda que depende da renda do chefe	67,0	57,6
Rendimento médio familiar DINC <i>per capita</i> ¹	3,7	3,2
Rendimento médio familiar de todas as famílias <i>per capita</i> ¹	1,1	1,3

Fonte: Censos Demográficos 1980 e 2010/IBGE.

Elaboração das autoras.

Nota: ¹ Em número de SMs.

A aceitação social de que homens e mulheres estejam escolhendo não ter filhos é indicativo de uma revolução na História, conforme discutido no capítulo 1 deste livro. Durante milênios, prosperidade e felicidade eram associados a uma descendência ou a um legado para a prosperidade. Aqueles que não tinham filhos como freiras, padres, monges e eunucos eram considerados desafortunados (Pritchett e Viarengo, 2012).

5.2 Famílias reconstituídas

Família reconstituída é a família composta por casal com pelo menos um filho não comum, também conhecida como famílias recompostas ou famílias mosaico. Há poucos estudos sobre essa forma de arranjo, dada a falta de informações. No geral, as pesquisas sobre estas famílias são qualitativas e mais comuns nas áreas de psicologia e direito.¹⁹ A falta de informações quantitativas sobre essas famílias é um problema geral, que atinge também o Brasil.

Uma informação importante para esse tipo de análise, mas de difícil captação em pesquisas quantitativas, é a pluralidade de trajetórias de vida que resultam em uma família reconstituída. Outra dificuldade é o fato de que, geralmente, nos domicílios com filhos de apenas um dos cônjuges, os homens tendem a dizer que todos os filhos aí residentes são seus, ou seja, apenas as mulheres assumem que os filhos não são delas (Treviño e Gumà, 2013).

Como uma forma de solucionar o problema da falta de dados, Treviño e Gumà (2013) conduziram um estudo a partir de uma pesquisa realizada na Espanha, chamada *Encuesta de población activa*, na qual, para efeito de comparação, foram selecionados domicílios monoparentais femininos e domicílios reconstituídos onde a mulher tinha pelo menos um filho que não era do cônjuge e que já havia estado em um arranjo familiar monoparental. Os resultados mostraram que as mulheres em domicílios monoparentais tinham uma maior probabilidade de fazer parte de uma família reconstituída. Também verificaram que em 42% dos domicílios reconstituídos havia um filho de ambos os cônjuges. As características sóciodemográficas das mulheres nestes domicílios foram: menor participação no mercado de trabalho, serem mais jovens, com mais filhos e uma maior frequência de filhos mais novos em comparação com as mulheres em núcleos monoparentais. Segundo os autores, isso pode indicar que a reconstituição seleciona as mulheres com piores condições econômicas.

No Brasil, o Censo de 2010 foi o primeiro censo em que foi possível identificar se o filho residente no domicílio é do casal ou de apenas um dos cônjuges. Nesta subseção serão apresentadas algumas características dos

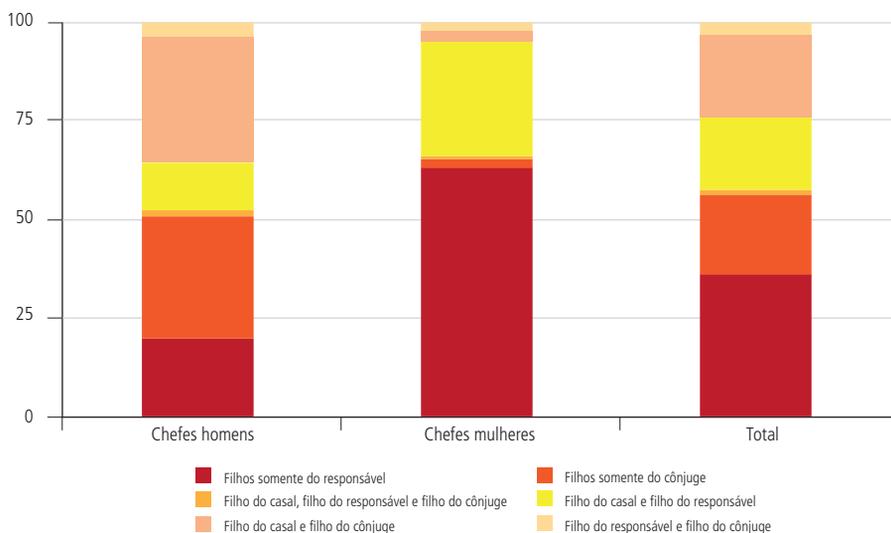
19. Na área de psicologia, ver Hintz (2001) e Wagner e Bandeira (1996). Nos estudos de direito, ver Alvarenga e Wohnrath (2011).

domicílios onde residem essas famílias. Em 2010, as famílias reconstituídas representavam 16,3% do total de casais com filhos e 8,1% do total de famílias.²⁰ Tanto nas famílias reconstituídas como naquelas com filhos somente do casal, a grande maioria dos chefes era de homens. No primeiro caso, estes chefiavam 77,9% das famílias.

Entre as famílias reconstituídas, predominavam as formadas por casal com filhos somente do responsável (36,1%), seguidas dos casais com filho do casal e filho do cônjuge (20,8%). Essa distribuição é afetada pelo sexo do chefe, pois em domicílios onde os chefes são homens, existe uma maior presença de filhos do cônjuge, mas quando o chefe de domicílio é a mulher, a presença maior é de filhos do chefe. Isso sugere que a maioria dos filhos de pais separados fica com a mãe, mesmo no caso de ela constituir uma nova família. Também foram identificados em 40,6% dos domicílios reconstituídos pelo menos um filho comum (gráfico 12).

GRÁFICO 12

Brasil: composição percentual dos domicílios com famílias reconstituídas, por sexo do chefe (2010)



Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE.

Elaboração das autoras.

20. Pode incluir, também, outros parentes e agregados.

Para alguns autores, a existência de um filho do casal pode aumentar a coesão familiar já que todos passam a ter algum tipo de parentesco, o que poderia vir a ser um estabilizador da família (Treviño e Gumà, 2013; Lobo, 2005). Entretanto, o contexto de uma nova união pode resultar em relações conflituosas envolvendo filhos de uniões distintas, a nova relação conjugal e o contato com os ex-parceiros (Marcondes, 2004).

A tabela 7 apresenta algumas características das famílias reconstituídas. Nelas, residem 4,6 pessoas, das quais 0,6 era filho do casal, 0,6 do cônjuge e 1,0 do chefe. Nessas famílias, 1,9 pessoa trabalhava, mas apenas 33,1% eram mulheres. Predominavam os chefes homens, e a dependência da sua renda era de 50,6%. Em relação às demais famílias, o rendimento médio domiciliar *per capita* era mais baixo, 0,9 SM e o percentual de domicílios pobres era mais elevado, 27,1%. Este só foi inferior ao das famílias em fase de expansão e crescimento. Isso pode ser resultado de um número maior de filhos mais novos nesses domicílios.

TABELA 7

Brasil: algumas características das famílias reconstituídas (2010)

	Total
% de chefes homens	62,4
% de chefes mulheres	37,6
% de mulheres que trabalhavam	33,1
Tamanho médio	4,6
Número médio de filhos somente do chefe	1,0
Número médio de filhos somente do cônjuge	0,6
Número médio de filhos do casal	0,6
Número médio de pessoas que trabalhavam	1,9
Idade média do chefe	41,0
Percentual de chefes com pelo menos onze anos de estudo	22,1
Proporção da renda que depende da renda do chefe	50,6
Rendimento médio familiar <i>per capita</i> ¹	0,9
Proporção de famílias pobres	27,1

Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE.

Elaboração das autoras.

Nota: ¹ Em número de SMs.

Como o Censo Demográfico de 2010 foi o primeiro a identificar as famílias reconstituídas, não é possível analisar a sua evolução temporal.

Acredita-se que estas devam crescer, dadas as mudanças sociais em geral. Espera-se, portanto, um aumento de pesquisas no tema, utilizando, inclusive, outras fontes como registros administrativos.²¹ Isso permitirá uma melhor compreensão da evolução dos arranjos familiares brasileiros.

6 COMENTÁRIOS FINAIS

O objetivo do capítulo foi discutir algumas mudanças nos arranjos familiares da população brasileira, tendo como referência as mudanças de comportamento observadas na STD. Apesar de não haver um consenso em relação à ocorrência da STD fora da Europa, algumas mudanças significativas já podem ser percebidas nos arranjos domiciliares brasileiros nesse sentido, entre os anos de 1980 e 2010. Entre elas, pode-se citar a fecundidade de sub-reposição, o aumento da coabitação, das taxas de divórcio, dos domicílios unipessoais e de famílias chefiadas por mulheres mesmo na presença de cônjuges. Já a idade média ao casar não apresentou mudança expressiva.

O modelo tradicional de famílias do tipo casal com filhos perdeu espaço para novas formas de arranjos. Aumentou o número de domicílios com homens e mulheres sem cônjuges mas com filhos, bem como o de unipessoais. A maior proporção destes era chefiada por mulheres. Isso pode ser resultado das mudanças no papel social da mulher e do aumento das taxas de divórcio, bem como da maior aceitação de filhos fora do casamento. O aumento das taxas de divórcios e recasamentos resultou em um novo tipo de arranjo familiar, que são as chamadas famílias reconstituídas. Estas constituíam 8,1% do total de famílias brasileiras, mas há indícios de que esta proporção tem crescido ao longo do tempo.

As condições de vida dessas famílias foram avaliadas pelo rendimento médio mensal *per capita*, medido em SMs, e pela proporção de pobres. No período considerado, o rendimento médio aumentou, e a proporção de pobres diminuiu. Vários fatores podem ter contribuído para isso. Cita-se, em primeiro lugar, a mudança na composição dos arranjos com a redução da proporção de famílias com filhos pequenos: as famílias na etapa de início e de expansão e, também, as monoparentais com filhos. Estas apresentavam

21. Estudo realizado por Bartholo e Araújo (2008) identificou que 3,5% de famílias reconstituídas estavam inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) no ano de 2007.

o menor rendimento médio, a maior dependência da renda do chefe e o menor número de pessoas que trabalhavam.²² O maior impacto na redução da pobreza, porém, foi o aumento do rendimento médio *per capita*, o que pode ser resultado do aumento do rendimento do trabalho influenciado pelo crescimento da escolaridade do chefe. Deve-se mencionar, também, a implantação de programas sociais como o Bolsa Família.²³

Sem dúvida, as mudanças aqui descritas são resultados do processo civilizatório, fruto do desejo dos indivíduos, que passaram a ter um maior controle de suas vidas e de seus destinos. Os avanços da tecnologia médica têm permitido uma intervenção no ciclo da vida em todas as suas etapas, desde o nascimento até a morte: da reprodução assistida e clonagem ou controle da reprodução até a aceleração ou prolongamento da morte (Castells, 1999). Além disso, ressaltam-se as grandes conquistas na área dos direitos humanos, que asseguram o direito à liberdade de escolha e exercício da opção sexual, de maneira segura e livre de pressões. Condena todo tipo de discriminação, inclusive pela preferência sexual. O resultado foi uma legitimação das uniões homossexuais.

Sumarizando, as mudanças descritas neste capítulo apontam para uma nova configuração familiar que não é compatível com uma fecundidade elevada. Ou seja, não apontam para a possibilidade de um aumento em um futuro próximo. Na verdade, para Reher (2007), a baixíssima fecundidade veio para ficar e está se tornando um aspecto estrutural das sociedades pós-modernas. Mais do que isso, cresce o número de homens e mulheres que escolhem não ter filhos. Durante milênios, prosperidade e felicidade eram associados a uma descendência ou a um legado para a prosperidade (Pritchett e Viarengo, 2012). Hoje, prosperidade e felicidade caminham em direção oposta a uma família numerosa. Assim sendo, pergunta-se como será o futuro da raça humana.

22. Nos arranjos do tipo ninho vazio, o número médio de pessoas que trabalhava era menor, mas o número de pessoas que recebia benefícios sociais era muito maior.

23. É vasta a literatura sobre o impacto do PBF na redução da pobreza das famílias brasileiras (Rocha, 2013; Soares, 2012; Campello e Neri, 2013).

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, M. A.; WOHNATH, V. P. Implicações jurídicas da poligamia tolerada nas famílias recompostas: contexto social brasileiro. **Revista eletrônica da Faculdade de Direito de Franca**, v. 4, n. 1, p. 198-212, 2011.
- ALVES, J.; CAVENAGHI, S.; BARROS, L. **A família DINC no Brasil**: algumas características sociodemográficas. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. (Texto para Discussão Ence).
- ARRIAGADA, I. Transformaciones sociales y demográficas de las familias latino-americanas. **Papeles de población**, n. 40, p. 71-95, 2004.
- BARTHOLO, L.; ARAÚJO, L. R. C. Em busca das famílias reconstituídas: mapeamento dos arranjos familiares da população brasileira de baixa renda por meio do Cadastro Único de Programas Sociais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu, MG: ABEP, 29 de setembro a 3 de outubro de 2004. 2008.
- BILAC, E. D. Gênero, vulnerabilidade das famílias e capital social: algumas reflexões. *In*: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas metrópoles paulistas. População, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: UNICAMP/Nepo, p. 51-65, 2006.
- BRASIL. **Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977**. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm>.
- CABELLA, W.; STREET, M. C.; PERI, A. **La segunda transición demográfica en Montevideo y Buenos Aires**. Una contribución a su estudio desde una perspectiva biográfica. Población y salud sexual y reproductiva en América Latina. 2008. (Serie Investigaciones, n. 4).
- CAMARANO, A. A. **Fertility transition in Brazil in the twentieth century**: a comparative study of three areas. Tese (Doutorado) – London School of Economics, Londres, 1996.
- CAMPELLO, T.; NERI, M. (Org.). **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013.
- CASTELLS, M. **Information technology, globalization and social development**. Sept. 1999. (UNRISD Discussion Paper, n. 114).
- COLEMAN, D. **Why we don't have to believe without doubting in the "second demographic transition"** – some agnostic comments. Vienna Institute of Demography, Vienna Yearbook of Population Research, 2004.

DEMENY, P. Early fertility decline in Austria-Hungary: a lesson in demographic transition. *Daedalus*. **Historical population studies**, v. 97, n. 2, p. 502-522, 1972.

HINTZ, H. Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós-modernidade. **Pensando famílias**, v. 3, p. 8-19, 2001.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1970** – microdados . 1973.

_____. **Censo Demográfico 1980** – microdados. 1982.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1981** – microdados da amostra. 1983.

_____. **Censo Demográfico 1991** – microdados. 1992.

_____. **Censo Demográfico 2000** – microdados da amostra. 2002.

_____. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade** – revisão 2008. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>.

_____. **Censo Demográfico 2010** – microdados da amostra. Atualização disponibilizada pelo IBGE de 13/7/2013.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2011** – microdados da amostra. 2012.

_____. **Estatísticas do registro civil**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

KIRK, D. Population changes and the postwar world. **American sociological review**, v. 9, n. 1, p. 28-35, 1944.

LESTHAEGHE, R. The unfolding story of the second demographic transition. **Population and development review**, v. 36, n. 2, p. 211-251, 2010.

LESTHAEGUE, R.; VAN de KAA, D. J. Two demographic transitions? **Population growth and decline**, Deventer, p. 9-24, 1986.

LIVI-BACCI, M. Notas sobre la transición demográfica en Europa y América Latina. *In*: CONFERENCIA LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN: TRANSICIÓN DEMOGRÁFICA EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 4., 1993, Ciudad de México. **Anais...** Ciudad de México, 23 a 26 de Marzo, 1993.

LOBO, C. Famílias recompostas: revisitar a produção americana (1930-2000). **Sociologia, problemas e práticas**, n. 48, p. 91-114, 2005.

MARCONDES, G. S. As famílias de segundas uniões: um elo perdido na demografia da família. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. **Anais ...** Caxambu, MG: ABEP, 2004.

MEDEIROS, M. **A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. (Texto para Discussão, n. 699).

_____. **O levantamento de informações sobre as famílias nas PNADs de 1992 a 1999**. Rio de Janeiro: Ipea, 2002. (Texto para Discussão, n. 860).

MS – MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006**. Relatório final, 2008.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **World population prospects: the 2012 revision**. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wpp/index.htm>>.

PATARRA, N. Transição demográfica: novas evidências, velhos desafios. *In*: CONFERENCIA LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN: TRANSICIÓN DEMOGRÁFICA EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 4., 1993, Ciudad de México, **Anais...** Ciudad de México, 23 a 26 de Marzo, 1993.

PRITCHETT, L.; VIARENGO, M. Why demographic suicide? The puzzles of European fertility. **Population and development review**, v. 38, 2012.

RAMALHO, C. G.; LAZO, A. V.; MAGALHÃES, M. S. Divórcio no Brasil: proposta de uma taxa de coorte. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010, Caxambu, **Anais...** Caxambu, MG: ABEP, 2010.

REHER, D. S. Towards long-term population decline: a discussion of relevant issues. **Eur. j. population**, v. 23, n. 2, p. 189-207, 2007.

ROCHA, S. **Transferência de renda no Brasil**. O fim da pobreza? Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SAKAMOTO, C. **Mudanças na composição das famílias e impactos na distribuição de rendimentos**: um comparativo entre áreas rurais e urbanas no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. 138p.

SOARES, S. **Bolsa Família**: um resumo de seus impactos. 2012. (One pager, n. 137).

TORRADO, S. Hogares y familia en América Latina. *In*: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 2006, Guadalajara. **Anais...** Guadalajara, México, 2, 3 a 5 de setembro de 2006.

TREVIÑO, R.; GUMÀ, J. De la monoparentalidad a la reconstitución familiar: un análisis a partir de fuentes transversales. **Papers revista de sociologia**, v. 98, n. 2, p. 287-309, 2013.

VAN DE KAA, D. J. Europe's second demographic transition. **Population bulletin**, Washington, v. 42, n. 2, p. 1-59, 1987.

WAGNER, A.; BANDEIRA, D. O desenho da família: um estudo sobre adolescentes de famílias originais e reconstituídas. *In*: SIMPÓSIO DE PESQUISA E INTERCÂMBIO CIENTÍFICO DA ANPEPP, 6., 1996, Recife. **Anais...** Recife, PE, 1996.

WAJNMAN, S. **Demografia das famílias e dos domicílios brasileiros**. Tese (Doutorado) – Departamento de Demografia/Cedeplar/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. 158p.